

# Renan é eleito sem dificuldades no Senado

Senador recebeu 72 dos 76 votos presentes. Casa inicia os trabalhos hoje

O Senado elegeu ontem a sua nova Mesa Diretora para os próximos dois anos, dando início ao que parece ser uma nova fase em que o Legislativo se dedicará a rever o emaranhado de leis do País. A necessidade de priorizar a correção, atualizar e revogar uma série de leis, sobretudo as que tratam da ligação do Congresso com o Estado e a sociedade foi defendida nos discursos de posse do novo presidente da Casa, Renan Calheiros (AL), e na despedida do cargo do senador José Sarney (AP), ambos do

PMDB. Como parlamentares, eles fizeram uma espécie de mea-culpa por não terem ainda encarado essa situação. Renan recebeu o voto de 72 dos 76 senadores presentes, em votação secreta. A chapa única com os nomes dos integrantes da Mesa foi apoiada por 75 senadores. Houve um voto contrário e uma abstenção. O novo presidente do Senado convocou sessão solene, amanhã (15), às 16 horas, para o reinício dos trabalhos do Congresso.

Na avaliação de Renan, é incompreensível para o povo

entender a utilidade e a aplicação de quase duas dezenas de leis "cujo significado nem os mais sábios de nossos juristas e os mais hábeis dos advogados são capazes de entender, dominar e compreender". "O nosso ordenamento jurídico exige não uma reforma, mas uma revolução", defendeu.

Sarney se incluiu ente os parlamentares que não conseguem acompanhar a demanda da sociedade, "perdidos num processo 'legisgerante' de abundância de leis redundantes, elaboradas num pequeno

tempo, em que a vontade do legislador se descaminha". "Praticamos um casuísmo, talvez mais grave que o que promove vantagens pessoais, praticamos um casuísmo de Estado", alegou.

Ambos centraram as críticas no que consideram mais urgentes. São as mudanças para dotar o País de uma reforma política adequada, para impedir o abuso na edição de Medidas Provisórias (MPs) e para impedir que a Lei do Orçamento deixe de ser o que Calheiros chamou de "um labirinto"



Renan Calheiros definiu a reforma política como prioritária